



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS CAMPINA GRANDE
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

FABIO DOS SANTOS ROCHA

**CATOLICISMO E COLONIZAÇÃO – O Caso da Capitania da
Parahyba (1580 – 1761)**

CAMPINA GRANDE – PB

2016

FABIO DOS SANTOS ROCHA

**CATOLICISMO E COLONIZAÇÃO – O Caso da Capitania da
Parahyba (1580 – 1761)**

Artigo Científico apresentado ao Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção de Graduação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Luíra Freire Monteiro

CAMPINA GRANDE – PB

2016

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

R672c Rocha, Fabio dos Santos
Catolicismo e colonização [manuscrito] : o caso da Capitania da Parahyba (1580 – 1761) / Fabio dos Santos Rocha. - 2016. 28 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2016.
"Orientação: Profa. Dra. Luíra Freire Monteiro, Departamento de História e Geografia".

1.Colonização. 2.Catolicização. 3.Capitania da Parahyba. 4. Índios. 5.Ordens missionárias. I. Título.

21. ed. CDD 981.032

FABIO DOS SANTOS ROCHA

CATOLICISMO E COLONIZAÇÃO – O Caso da Capitania da Parahyba (1580 – 1761)

Artigo Científico apresentado ao Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção de Graduação.

Aprovada em 24 / 10 /2016.



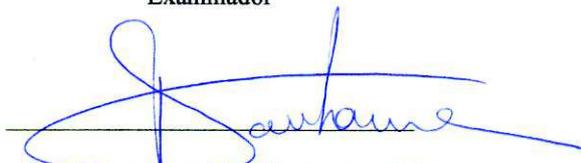
Prof.ª Dra. Luíra Freire Monteiro/ UEPB

Orientadora



Prof. Vanderlei de Brito/ UEPB

Examinador



Prof. Dr. Flávio Carreiro de Santana / UEPB

Examinador

RESUMO:

A História da Paraíba é constituída por vários fatores de motivação colonizadores, com destaque aos políticos e religiosos. Para a efetivação do projeto de colonização, a catolicização dos índios locais era de fundamental importância aos olhos da corte portuguesa, na qual a religião Católica era dominante. A chegada dos lusitanos, principalmente das ordens eclesiásticas missionárias em terras paraibanas, deu início a esse projeto nesse local, sendo marcada por lutas, divergências e mudanças culturais nativas para os moldes europeus. Este trabalho busca trazer a luz como se deu esse processo, relatando acontecimentos importantes na capitania paraibana no início do período colonial.

Palavras-chave: Colonização, catolicização, capitania da Paraíba, índios, ordens missionárias.

ABSTRACT:

Paraíba History consists of several motivating factors settlers, especially the political and religious. For the realization of the project of colonization, the Catholicization local Indians was of fundamental importance in the eyes of the Portuguese court, in which the Catholic religion was dominant. The arrival of the Lusitanian, especially the missionary church orders in Parahyba land, initiated this project in this location, being marked by fights, disagreements and native cultural changes to the European way. This work seeks to bring to light how was this process, reporting important events in Parahyba captaincy in the early colonial period.

Keywords: Colonization, Catholicization, captaincy of Paraíba, Indians, missionary orders

INTRODUÇÃO

Conta o escritor Celso Mariz que: “O ano de 1585 marcou no calendário histórico do Brasil à incorporação da Paraíba no mundo civilizado” (MARIZ, 1977). E acrescenta que ao chegar Martim Leitão, são iniciados simultaneamente à construção da matriz, sob a invocação da Virgem das Neves, um forte, casas para a Câmara, cadeia e açougue, confrontando-se com a Igreja. (MARIZ, 1977).

Dessa forma, instalou-se na Paraíba a Igreja Católica, representada por uma matriz e uma fortificação militar, representando a junção entre o evangelho e as armas. Enquanto Frutuoso Barbosa construía um forte à sombra do qual se desenvolvia a agricultura, uma capela também era levantada, onde os senhores de engenho poderiam encontrar conforto espiritual.

Dois interesses diferentes chegam juntos; um que estava ali para doutrinar os índios e encaminha-los ao céu pela prática de boas obras e outro que necessitava muito mais de soldados do que de santos para implantar a colonização, fazendo assim com que o Vale do Paraíba passasse de um cenário triste de capoeiras cerradas, a um povoado vistoso pelas paisagens dos canaviais e das etnias como afirma Maximiano Machado em sua História da Província da Paraíba (1977).

Esta é a história, sob o olhar do conquistador e de quem com ele compactua. O que nos diriam os nativos e outros empobrecidos? E os missionários que com estes se comprometeram?

Qual a ideia que traziam os missionários em torno das novas terras? O que os levou a tal empreendimento? Qual sua compreensão em torno da missão?

1 A EXPANSÃO DA IGREJA: DO VELHO AO NOVO MUNDO

Os cristãos no século XVI tinham como objetivos norteadores a divulgação da fé, lucro com o comércio e domínio de novas terras com ideal cuja realização se tornava cada vez mais necessária.

A Igreja Católica chega à Parahyba levada por esse processo de expansão da Fé e do Império. Má notícia para os nativos, chamados de gentios. Naquela postura egocêntrica dos portugueses que aqui se instalaram, sem dúvida que foi motivo de ânimo para a Igreja que

passava por um processo de perda de fiéis na Europa por conta do crescimento do protestantismo.

Os primeiros religiosos chegaram à Parahyba em 30 de outubro de 1581, sob a bênção do Papa Clemente VII e sob as ordens civis do Capitão Frutuoso Barbosa, por ordem do Rei Dom Henrique¹. A instalação desses religiosos não se deu de forma calma e pacífica, seus assentamentos se deram após de várias investidas contra os índios locais, que mostraram-se hostis à sua chegada. Depois de algumas viagens, os colonizadores se aproveitaram das desavenças entre as tribos Tabajaras e Potiguaras, conseguindo assim ter condições necessárias para a tomada da Paraíba.

Era mais uma etapa das conquistas alcançadas pelos portugueses, que, apoiada pela Santa Madre Igreja, tinham convicção do direito de dividir com os espanhóis o novo mundo para depois, parti-lo em capitanias e sesmarias², pressupondo ser esta determinação divina.

A Igreja Católica se instaura na Parahyba com duas finalidades: dar suporte ao processo de colonização e expandir a fé católica. Por sua vez, a Parahyba não podia continuar com suas terras improdutivas, haja vista, a colonização não tinha como objetivo único, cristianizar os povos nativos, mas também, beneficiar a terra para enriquecer a metrópole.

Outro objetivo da colonização, além de cristianizar os “silvícolas” era “civiliza-los” e, portanto, integrar a Parahyba no mundo civilizado, isto é, amoldar o índio e a Parahyba na forma eurocêntrica de pensar, ser e produzir. Para isso, a contribuição da igreja se fez necessária. Ao chegar à Parahyba os colonizadores constroem uma Câmara, uma Igreja Matriz sob a invocação da Virgem das Neves, uma cadeia, um açougue e um forte.

A construção de um templo no centro de uma aldeia, vila ou cidade não significava apenas um lugar de oração, mas também um símbolo capaz de manter a ordem estabelecida, pois ao penetrar em todas as esferas da vida colonial, induzia a percepção por parte de todos, onde seria possível a igualdade entre as pessoas, que a servidão e a dominação eram partes integrantes da ordem estabelecida, e que os valores das populações indígenas marginais a partir da colonização, precisavam ser reconstruídos hierarquicamente de forma a manter a ordem. A colonização e a catequese dos índios que resulta de forma profícua na doutrinação

¹¹ Dom Henrique foi o Rei de Portugal e Algarves de 1578 até 1580, além de cardeal da Igreja católica desde 1545. Era o quinto filho do rei Manuel I e sua segunda esposa Maria de Aragão e Castela, tendo servido entre 1562 e 1568 como regente de seu sobrinho neto o rei Sebastião.

² Terreno sem culturas ou abandonado, que a antiga legislação portuguesa, com base em práticas medievais, determinava que fosse entregue a quem se compromettesse a cultivá-lo. Quem a recebia pagava uma pensão ao estado, em geral constituída pela sexta parte do rendimento através dele obtido. Quando o Brasil foi descoberto, para cá se transplantou o regime jurídico das sesmarias. O rei, ou os primeiros donatários de capitanias, faziam doações de terras a particulares, que se comprometiam a cultivá-las e povoá-las. Só em 1812 as sesmarias foram oficialmente extintas. FONTE: Dicionário Aurélio

religiosa das aldeias da nação tabajara revela a importância da Igreja em ensinar a população a orar no modo característico da cultura europeia, isto se dá através de toda uma linguagem contida nos rituais católicos da época. Nessa sociedade, tal linguagem induziu os gentios a uma hierarquização simbólica, criando assim um padrão ético que se tornou um marco, através do qual se definiu o grau de barbárie daquelas culturas chamadas de exóticas e indicou a maior ou menor possibilidade de cristianização de um povo.

Todo esse processo visa contemplar dois objetivos: fazer com que os ideais de comercialização e catolicização acontecessem. Dois processos com interesses distintos, mas que se complementaram enquanto foram convenientes para a Coroa.

O sonho dos portugueses que aqui chegaram era o enriquecimento, como afirma Celso Mariz:

“Frutuoso Barbosa, capitalista e fidalgo, há este pouco lhe importava o interesse da Coroa em dilatar o império e a fé... ele só via na Paraíba o pau-brasil e o pau-brasil da Paraíba o elemento pingue para a multiplicação da sua riqueza particular”. (MARIZ, 1977).

Para os comerciantes e governantes, muito mais importante que as novas almas para o catolicismo eram o pau-brasil, a cana-de-açúcar e os metais preciosos, riquezas naturais com os quais se obtinham grandes margens de lucro.

Nas embarcações, chegam à Parahyba, colonizadores e os missionários, cada um com um objetivo diferente, mas que a determinado ponto, estes objetivos se cruzam para obter uma finalidade incomum a serviço da Coroa.

Os jesuítas foram os primeiros missionários que aqui chegaram. Acompanharam todas as lutas de colonização e logo trataram de se instalar nas proximidades dos aldeamentos dos tabajaras, onde residia Cacique Piragibe. De 1549 a 1580, somente os jesuítas foram autorizados a manter atividades missionárias regulares no Brasil. Com a anexação da Coroa Lusitana ao Trono Espanhol, houve maior liberalização para o ingresso de outros religiosos. Entre 1584 e 1640 vieram para o Brasil à ordem dos Franciscanos, Carmelitas, Beneditinos e ainda, os Capuchinhos franceses e os padres Mercês e Espanhóis.

Em 1579, o Cardeal Rei Dom Henrique planejava uma expedição sob o comando de Frutuoso Barbosa, para a povoação da Parahyba, pediu então através de capelães, por padres Carmelitas. A expedição dispersa por uma tempestade veio aportar em Recife, estabelecendo-se assim os Carmelitas em Pernambuco, ficando apenas para princípio do século XVII o início de sua obra na Parahyba.

Os Franciscanos por sua vez, fundam seu convento na Paraíba em 1589, nas terras doadas pelo governador da Província da Paraíba³, obra que passa por vários anos até ser concluída devido os ataques Potiguaras.

As repetidas súplicas que a Câmara de moradores da Parahyba tinham dirigido aos superiores da ordem dos franciscanos juntaram-se às de Frutuoso Barbosa pedindo-lhe para fundar uma casa semelhante na Bahia e Igaracu, pondo a sua disposição todos os meios necessários. Resolveu então o Frei Melchior satisfazer os desejos do governador e o povo daquela cidade, que para ali, partiu no principio do ano de 1589 com alguns religiosos.

Em 1596 os Beneditinos chegados há quinze anos no Brasil, foram enviados à Parahyba, e, depois de obter um terreno solicitado ao Capitão Mor Feliciano Coelho fundaram o seu mosteiro.

As fundações dos missionários destas ordens religiosas eram acompanhadas de perto pelo governo luso, através de auxílios financeiros e dotações régias, sendo doação de terras a principal forma de colaboração por parte da Coroa, de forma que progressivamente os religiosos tornavam-se senhores de grandes latifúndios e inúmeras fazendas.

As autoridades locais e a população em geral, sentiam-se no dever de favorecer a fixação e o bem-estar dos religiosos. Faziam-lhe doações de maneira que estes se sustentavam mediante a administração de fazendas e engenhos recebidos como dotações e heranças.

Qualquer que fosse o estado econômico da capitania, quaisquer que fossem as dificuldades que atravessasse seu comercio e agricultura, nunca lhes faltou quem contribuísse para o esplendor do culto, construção e reparo das Igrejas, assim como, da manutenção dos seus ministros.

Boulangier Albuquerque Uchoa em seu livro História Eclesiástica de Campina Grande, diz que todas as ordens tornaram-se possuidoras de engenhos de açúcar, escravos, aldeamentos, igrejas e conventos.

Franciscanos e Capuchinhos diferenciavam-se dos demais por não possuírem bens, devido os seus estatutos; professavam humildade e pobreza, embora nada viesse a lhes faltar por conta das ofertas que recebiam.

Os Capuchinhos chegaram ao Brasil, no século XVII, eram franceses e dedicavam-se principalmente à catequese dos índios. Em 1642 vieram para Pernambuco como prisioneiros dos holandeses, depois de terem sido expulsos da colônia francesa do Maranhão, e só após em

³ Frutuoso Barbosa, governador da Paraíba entre os anos de 1588 a 1591 e de a 1595. FONTE: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_governadores_da_Para%C3%ADba>. Último acesso em 24 de outubro de 2016.

1670 chegaram à Paraíba. Os capuchinhos diferenciavam-se de todos pela prática nova que introduziram na sua atividade pastoral: as missões populares, no início do século XVIII com a vinda dos Capuchinhos italianos.

É de se notar que não tratamos até agora da presença de missionários na Parahyba. O trabalho missionário estava voltado, sobretudo a catequese dos índios e a preservação da fé dos colonos. A vida religiosa feminina da época não concebia uma atividade apostólica de evangelização, mas sim uma vida fechada dentro de muros de claustros ou de conventos, numa dependência total da Madre Superiora. Neste período, foi muito débil a participação da mulher na vida institucional da Igreja Católica no Brasil. O contexto da sociedade patriarcal, latifundiária e escravocrata, deu a sua contribuição no impedimento da participação efetiva da mulher no campo institucional católico brasileiro da época.

Os portugueses dos séculos XV e XVI tinham a convicção de que eles constituíam realmente o povo de Deus em expansão, para eles ser português era sinônimo de missionário, sua missão é de ordem divina, ser patriota é se colocar a serviço da expansão do império e da religião católica. Dentro desta concepção teológica da expansão do Reino Cristão é que os missionários das diversas ordens religiosas vêm à Parahyba.

O idealismo que impulsionava os missionários a deixar a pátria em demanda de novas terras - brasileiras - era a salvação das almas dos índios. Para exercer esta função, estavam eles vinculados a Coroa. Vinham ao Brasil, não por conta própria como acontece depois através da Propaganda Fide⁴, mas enviados pela Santa Sé a serviço do poder metropolitano por conta do sistema de padroado.

O padroado foi instrumento efetivo encontrado pela Santa Sé através dos quais os monarcas portugueses ficavam comprometidos com a missão a eles confiada. O direito de padroado só pode ser plenamente entendido dentro de um contexto de história medieval. Não se trata de usurpação de atribuições religiosas próprias da Igreja por parte da Coroa Lusitana, mas de forma típica de compromisso entre a Santa Sé e o governo português. Consistia especificamente no direito de administração dos negócios eclesiásticos, concedidos pelos papas aos soberanos portugueses. Acrescentada a esta tarefa foi conferido aos Reis de Portugal o título de Grão-Mestre da Ordem de Cristo, título este que lhe conferia o dever de assumir o zelo pela fé cristã nas colônias portuguesas. Sistema de Padroado e Ordem de

⁴ Congregação de caráter missionário, cujo objetivo era dar as diretrizes, promover a formação de missionários, dar impulso e prover o sustento daqueles que estão em terra de missão. FONTE: <
https://pt.wikipedia.org/wiki/Congrega%C3%A7%C3%A3o_para_a_Evangeliza%C3%A7%C3%A3o_dos_Povos> Ultimo acesso em 24 de outubro de 2016.

Cristo dava, portanto aos Reis de Portugal, a missão de administrar a instituição eclesiástica e o zelo espiritual dos seus subalternos.

É importante assinalar que esse domínio da Coroa não era visto na época com caráter opressivo. Na mente dos missionários, a fidelidade ao rei era dever de consciência a exigência da própria vida cristã. O juramento de fidelidade à Coroa era tido como honra e não um como fardo.

2. A CATOLICIDADE NA PARAÍBA

A prática dos missionários era subjacente a uma visão guerreira do mundo do qual eram provenientes e no qual estavam se instalando ou instalados.

Qual era então, a prática dos missionários com relação aos índios? Congrega-los e catequiza-los urgentemente, a tarefa de livrá-los da vida pagã como diziam vários missionários. Era preciso fazê-lo sair da vida de “gentios”, para uma vida de “civilizados”. Para isto acontecer utilizavam uma prática pedagógica que forçava os índios a aprenderem vocábulos e comportamentos convencionais da catolicidade vindos desde a Idade Média.

Pelo interesse dos missionários de encaminhar os índios à salvação pregada pela fé católica, se justificava sua prática de guerra contra os pecados que segundo eles, eram praticados pelo modo de vida dos índios.

A prática dos missionários era de incessante combate contra os ditos “hereges” que aqui chegavam, como foi o caso dos franceses. - era preciso afastá-los daqui para não perverter os índios - por isto a ideia de “guerra justa”. Também os missionários agiram ferrenhamente contra atitudes interesseiras de pessoas como Frutuoso Barbosa que desejava sempre utilizar os índios dos aldeamentos para seus postos militares.

Chegando a Pernambuco em 1585, os missionários franciscanos dedicaram-se primeiramente ao confessorário e ao púlpito, onde se preocupavam com a catequese dos índios, onde insistiam na prática dos bons princípios. Preferiam à educação moral e religiosa em lugar das missões temporárias que consideravam menos proveitosas e que só deixavam impressões efêmeras.

Na Parahyba daquela época destacaram-se pela coragem e pelo espírito apostólico, catequizando o sertão, evangelizando os povos, “civilizando” os índios pioneiramente os jesuítas, seguidos dos franciscanos e por último, os beneditinos. Os aldeamentos de todas as ordens religiosas, espalhadas pelo centro da Capitania, inicialmente eram formadas de índios recolhidos a essas aldeias, e de ordinários presos de guerra.

Mais tarde, vieram à Parahyba os capuchinhos. A prática pedagógica dos missionários baseavam-se na doutrina, nas pregações, correções disciplinares, castigos das faltas, o ensino de musica afim de que esquecessem as cantigas tribais e gentílicas que entoavam, pois a liberdade dos os índios era perigosa para os religiosos, por terem costumes reprováveis pela doutrina católica. Fazia parte de sua prática, a tolerância dos costumes e princípios selvagens e Religiosos dos indígenas, enquanto não despertavam para a fé católica.

Dentre as práticas indígenas, talvez as mais combatidas pelos missionários fossem aquelas referentes à conduta sexual. Para ilustrar, era comum que mulheres solteiras, às vésperas de parir, negarem obstinadamente haverem infringido os mandamentos cristãos.

A conquista das terras da Parahyba, ao contrário do que muitos autores de visão triunfalista apresentam, foi muito difícil para os portugueses. É também um exemplo do desencontro entre conquistadores e missionários. Os índios potiguares, aliados aos comerciantes franceses que ali vinham buscar madeira, resistiram fortemente à ocupação de suas terras. O Rei de Portugal mandou então uma frota de navios e soldados para combater os franceses e potiguares a fim de tomar a Parahyba. Sendo uma guerra contra os franceses, considerados hereges por pertencerem a uma religião não católica, até os jesuítas acharam que era uma “guerra justa”, e no início ajudaram, abençoando a tropas portuguesas, carregando à cruz a frente dos soldados, e celebrando missas diárias para eles.

Os missionários traziam a mentalidade medieval dualista onde o mal deveria ser exorcizado para que o bem reinasse. Para aquela concepção de mundo, não existiam forças e elementos éticos neutros: todos tinham uma relação com o conflito cósmico do bem e do mal e participavam da história universal da redenção. Desta maneira, a multiplicidade de forma que as forças demoníacas podiam assumir tornava a vida uma grande luta, que cada camada social enfrentava com diferentes armas. O uso da missa, da batina, dos sacramentos e do crucifixo são armaduras simbólicas e armas com as quais se combatiam os inimigos tanto no plano visível, quanto no invisível. Os hereges estavam contra a harmonia universal, justificava-se por isso, o emprego da força para sua expulsão. A guerra torna-se assim, a precondição para a paz.

Quando os franceses foram expulsos da Parahyba, os jesuítas, por conhecer a língua indígena, ajudaram a fazer a paz com os índios. Ainda em 1585, os jesuítas depois de terem ajudado a pacificar índios potiguares e tabajaras, começaram a aldeá-los. Em 1592 já são registrados alguns sinais da aceitação da evangelização desenvolvida pelos jesuítas com relação aos índios: 300 confissões, 29 casamentos, 54 batismos de índios. Talvez seja um

número considerável na guerra contra o que eram considerados maus-costumes ou costumes pecaminosos.

Frutuoso Barbosa, interessado mais na produção de riquezas do que na conversão de almas, como fazia questão de mostrar alguns missionários, queria que os aldeamentos servissem ao seu intento de estabelecer ali a exploração de cana-de-açúcar. Queria que os aldeamentos dos índios “amansados” servissem de guarda para suas terras de engenho. Os jesuítas que pretendiam “domesticar” os índios, aldeá-los para cristianizá-los, já que sua missão era propagar a paz e a redenção.

Há um choque inicial de interesses: Os jesuítas não aceitavam servir aos interesses de Frutuoso Barbosa. Isso bastou para que os jesuítas fossem expulsos por esse comandante português. As missões e as aldeias potiguares foram entregues aos franciscanos em 1593. Chega para os jesuítas a seguinte carta do El-Rei em resposta ao que anteriormente lhe representara Frutuoso Barbosa:

“Porquanto por Frutuoso Barbosa fui avisado, que entre os religiosos de São Francisco, enviados a essas partes por meu mandado, e os padres da Companhia, havia diferenças, do que resultava escândalo entre os novos cristãos, vos mando, que tirada inquisição, e achando que os padres de São Francisco são culpados, os consertareis, em forma que não haja matéria de escândalo; e se os padres da Companhia os despedireis, para nunca mais tornarem a morar a essa Capitania, e os ditos religiosos de São Francisco doutrinarão todo o gentio, o que favorecereis em tudo o que vos for possível.”

A execução desta carta régia foi imediata e os jesuítas logo dispensados. A dedução é que os franciscanos submeteram-se aos interesses de Frutuoso Barbosa e de Feliciano de Carvalho de considerar as aldeias como postos militares e por assim serem consideradas, podiam ser transferidas para onde melhor favorecessem a defesa dos engenhos, ou pelo menos não a questionaram preferindo ficar com os índios onde quer que fossem colocados.

Assim resolveriam duas questões: os índios continuavam sendo doutrinados e seriam evitados maiores transtornos com Frutuoso Barbosa, de forma que assim todos ganhariam. Para dar continuidade as obras da catequese, chegaram à Parahyba, posteriormente, os beneditinos e carmelitas.

Felipe II, sentindo serem poucos os missionários para propagarem a fé em tão vasto território, fez seguir alguns religiosos do Carmo de Lisboa, e logo após alguns monges de São Bento da mesma cidade para satisfação daquele fim.

Os beneditinos, ao chegarem dedicaram-se a ensinar nos aldeamentos a ler escrever, agricultura, ofícios mecânicos, sendo que por seu intermédio conseguiram chamar os pais,

parentes à vida social, em outras palavras isto significa que os diversos autores que tratam o assunto chamam de “civilizados”.

Religiosos laboriosos como eram aproveitando-se das favoráveis circunstâncias daquele tempo e fertilidade dos terrenos doados ou comprados, levantaram casas, criaram estabelecimentos e cultivaram, de que decorriam as grandes despesas que pesavam sobre a comunidade, assim viviam mansa e pacificamente no gozo daqueles bens, socorriam aos pobres e enfermos, e continuavam na catequese com satisfação.

Os capuchinhos franceses chegaram por estas terras antes de 1657. Em 1670 já se tem notícias deles na Parahyba, na região do Boqueirão. Os capuchinhos italianos embarcaram em Lisboa, em 1709, na frota composta de cem naus, que partia para a América, e chegaram a Pernambuco em agosto de 1710. No mesmo mês, o então governador da província, Sebastião Castro, mandou que se lhes entregassem a Igreja, os hospícios e a horta com tudo mais que havia pertencido aos capuchinhos franceses, que agora tinham sido expulsos.

Em 1725, a Propaganda Fide cria a Prefeitura da Ordem Capuchinha em Pernambuco, desmembrando-a da Bahia. Os capuchinhos trabalharam com zelo verdadeiramente apostólico na reconstituição moral do espírito evangélico entre os fiéis e no cultivo das aldeias dos índios. Coube aos capuchinhos, como campo de trabalho, além do hospício de Recife com a Igreja da Penha, as aldeias de Taipú, dedicada a Nossa Senhora do Pilar; a de Araripe, Piancó no Boqueirão, Serra Branca no Rio do Peixe, a do Brejo no Rio Paraíba, a de Miranda no Ceará, a de Apodi e a de Mipibú no Rio grande do Norte.

Novos conflitos surgem na Parahyba, desta vez entre os capuchinhos e os colonos. A “sanha” do Marques de Pombal e dos seus fieis comandados, não podia poupar a esses homens beneméritos do Brasil. Expulsos os jesuítas, lembraram-se dos capuchinhos.

Em primeiro de agosto de 1761, o Chanceler da Relação da Bahia, José Carvalho de Andrade, informava ao Conde de Oeiras sobre as barbaridades que os padres capuchinhos praticavam com os índios do sertão.

Diz-lhe na relação: “Remetemos uma carta escrita e assinada pelo Sargento Mor de Artilharia da Capitania de Pernambuco Jerônimo Mendes da Paz e me dá contas da tirania, crueldades e insolências dos padres capuchinhos italianos, cometidas no Distrito de Pernambuco, até fazerem morrer os índios a pancadas de paus, arrastados e queimados com o pretexto de feiticeiros”

Segundo o autor, junto a tais acusações seguia um paralelo entre os capuchinhos e os jesuítas da Capitania de Pernambuco, onde mostrava as semelhanças das práticas dos missionários jesuítas com as dos capuchinhos na administração das suas missões. Jerônimo

Mendes da Paz, dentre as acusações que fazia, apresentava uma que foi aceita e justificada pelo capuchinho Frei Fidelis M. de Pinheiro em capuchinhos em terras de Santa Cruz:

“Para que a justiça seja feita, talvez possamos concordar com o libelista no ponto em que ele incrimina os missionários de excessivo rigor nas penas infligidas por crimes, superstição, feitiçarias, magias. Merecem, porém, ser absolvidos, ao menos em parte, porque também eles neste artigo agiam ao sabor do tempo, muito severo e inclemente em julgar e castigar tais fatos.”

Outras acusações como as povoações eram tão ricas em frutos e cabedais para os missionários, como infelizes para os índios, nas aldeias não estavam bispos, justiça, nem ministros eclesiásticos ou seculares a fazer suas obrigações, os missionários convenciam os índios a uma cega obediência aos preceitos dos seus missionários ainda que duros e intoleráveis, proibiam todo o ingresso dos portugueses nas aldeias que administravam sob o pretexto de que os seculares iriam perverter a inocência dos costumes dos índios.

Na visão medievalista dos missionários a agressividade deles no processo de conversão é bastante justificável. Converter à força é neste ponto de vista um ato concebível. O missionário lembra que por meio de um velho índio, haviam logrado chegar a uma serra desconhecida e nela reduzir uma grande quantidade de familiares de índios e levá-los com outros conquistados a uma de suas aldeias.

Apenas chegou a aldeia, como desse pela ausência de algumas famílias de índios por terem fugido, então era encarregado um alferes e alguns soldados de procurá-los, prometendo-lhes recebe-los com carinho de caridade. Será que não está implícita nesta promessa, a prática de durezas para com os índios? Após dez dias estavam de volta os fugitivos, mas tão maltratados e completamente nus que davam dó.

Reuniram-se todos, os da aldeia, para conhecê-los pessoalmente, falou-lhe bondosamente e prometeu-lhe que os tratariam paternalmente, se eles portassem dignamente e se cuidassem deveras do trabalho. Aconselhara o antecessor de Frei Aníbal ao seu substituto que não deixasse de ser ríspido com os jurisdicionados. Diz o capuchinho que os primeiros meses tudo ocorreu muito bem. Começaram misteriosamente visitantes a percorrer noturnamente a horta e o galinheiro, levando-lhe muita coisa. Assim viu diminuir notavelmente o rebanho. Precisou usar de muita energia para reprimir os furtos, asperamente castigando os delinquentes apanhados em flagrante.

Os índios iam à missa mais pelo receio de penalidades do que por devoção. Esses só se confessavam no período pascal, e assim mesmo quando esgotado o prazo para tal, essas

confissões, quase sempre eram forçadas. Índios apanhados em flagrante delito de furto eram castigados pelo próprio missionário, frequentemente, negavam haver se apropriado do alheio.

Em relação à assistência aos doentes e moribundos, era tal a desorganização, que em caso de adoecimento do chefe da família, os demais membros desta passavam por necessidades, dentre elas a fome. Relata Frei Aníbal que, ao saber destes casos corria a levar carne e farinha à casa dos enfermos. Grande dificuldade a vencer era também conseguir que os socorridos tomassem remédios. Os sufrágios únicos pelas almas eram os que o pároco lhes dedicava por ocasião do enterro nunca ocorria aos índios mandar rezar missas pelos seus defuntos.

Escandalizou-se o missionário com as superstições de seus aldeados, declara que não as narrava por indizíveis. Refere certo caso curioso: levavam os filhos recém-nascidos a pia batismal, mas já ao saírem da Igreja para casa, os rebatizavam dando-lhes nomes de animais. Neste período os jesuítas já tinham voltado ao Brasil e agora na Paraíba, sua tarefa não era mais a catequese dos índios, mas doutrinar os povos mansos através de duas missões no litoral.

Fora desta não encontramos nas relações individualizadas dos Annales outras missões ou doutrinas dos jesuítas na Parahyba, não obstante mencionar Monsenhor Pizarro a fundação da matriz de Nossa Senhora dos Milagres do Cariri por Jesuítas.

a) Uma Igreja para manter a ordem

O projeto missionário dos aldeamentos, cuja pedagogia evangelizadora era freada na convivência durante a sua existência até a metade do século XVII, origina-se de descimentos de indígenas do interior para a zona litorânea, ou para a confluência de rios. É como que se fosse um percurso em direção ao centro do rema português - para que ali fosse cristianizados e civilizados.

Posteriormente, os missionários vão percebendo que as aldeias não teriam progresso, isto é, não se estabilizariam e estariam fadadas ao fracasso se continuassem em proximidade às vilas.

Na vila estava concretamente a oposição ao sonho de proteção dos índios, aqueles que queriam aproveitar-se deles. Ali estava o sistema colonizador com todas as suas instituições. Assim, deveria haver distância entre a comunidade indígena e o sistema colonizador, porque este era desfavorável para aquela.

Pela experiência os missionários gradativamente vão percebendo sem maiores análises que os interesses dos colonos se sobrepujam aos das comunidades indígenas e aos dos próprios missionários.

Não podemos negar que os aldeamentos foram experiências diferentes do modo colonizador no sentido de que tentavam cristianizar os índios querendo preservar-lhes os seus valores como a língua e alguns aspectos de sua organização.

Os aldeamentos ou reduções não deixaram de ser uma contraposição ao sistema português, à forma de colonizar dos portugueses, mas a sua própria organização, feita por europeus geralmente portugueses, foi repleta do que poderíamos caracterizar como erro:

A religião foi diretamente imposta, assim como os costumes ocidentais como as casas familiares, que substituíram as casas coletivas; foram mudados os papéis, começando o homem a cuidar da lavoura, o que era antes atividade feminina, os horários tornaram-se muito rígidos e certas tarefas tinham a disciplina de um quartel militar.

Gostaria de ilustrar esta exposição, com o exemplo de uma aldeia descrita por Aníbal de Gouveia. Se ela não serve como modelo para todas as aldeias, pelo menos nos dará uma melhor compreensão do que fosse a vida em tal ambiente.

A aldeia foi edificada sob a direção dos nossos missionários, a maneira de uma praça, com casas todas ligadas entre si à semelhança de um quartel de soldados, numa planície bastante extensa, como casas para oficiais nos cantos dela, estas um pouco mais altas que as demais, com duas portas, uma fronteira a outra, para entrada e saída.

Há nela também uma Igreja de uma só nave regularmente grande e é fornecida de todas as alfaias necessárias e muito decentes.

Ao alvorecer percorriam dois tambores o arraial despertando com os seus rufos os habitantes. Durava esta tamborilagem nada menos de meia hora. Depois sacristão tocava três ave-marias, convocando a todos para o serviço divino.

Punham-se os convocados à direita e a esquerda do corpo da Igreja, homens lado, mulheres do outro: o missionário passeava no meio, corrigindo os erros. Então recitavam a todos a doutrina cristã e, findo este exercício, começava a missa. Ao se dar a elevação, os coros das cunhas entoavam o *Tantum Ergo*⁵, e outros cânticos espirituais, até o fim da missa.

⁵ O *Tantum Ergo* é um hino litúrgico tirado de uma peça mais extensa, o *Pange língua*, composto por Santo Tomás de Aquino (1225-1274), por encargo do papa Urbano IV (1261-1264), para a solenidade de Corpus Christi. A expressão *antiquum documentum* refere-se ao Antigo Testamento. FONTE: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Tantum_Ergo> Último acesso em 24 de outubro de 2016

Finda a missa recolhia-se o celebrante a casa paroquial, onde o capitão-mor ia ter com ele a receber ordens para a execução do programa do dia. À tardinha, nova convocação a Igreja para a recitação do rosário de Nossa Senhora.

Às oito anunciava-se o toque de recolher; os dois tambores durante meia hora rufavam, fechando-se as portas do quadrado do arraial cujas chaves o oficial da semana entregava ao pároco.

Um alferes comandando uma ronda de quatro soldados, verificava que havia algum ausente, para isto indo de casa em casa, se alguém faltasse a revista devia o oficial levar o caso ao conhecimento do missionário.

Os aldeamentos, ou pelo menos este relatado assemelha-se em muito ao sistema de campo de concentração, de acampamento de mão-de-obra.

Por mais que se encubra, sob pretexto religioso, o aldeamento tinha, na realidade, uma dupla função: a de aldear o índio, e a de integrá-lo social e culturalmente no mundo do colonizador, através da catequese.

Talvez por isso, em algumas ocasiões os padres recebiam ajudas para mantê-las, porque isto vai liberando a terra para os colonos; através das áreas missionadas sem confusões, a terra vai ficando para os brancos. Dois destaques ainda valem ser colocados:

A força militar que os aldeamentos iam adquirindo foi motivo de preocupação para as autoridades coloniais e as fez temer a força dos jesuítas que era na realidade a força dos indígenas organizados. Além disso, os aldeamentos destruíram na realidade a vida tribal dos indígenas nativos. Esta vida tribal poderia ter sido ponto de partida de uma educação na fé, na caridade e na esperança, pois continha numerosos elementos de valor.

Fora de sua tribo, o indígena se descaracterizava e passava a ser manipulado pelos poderes coloniais. Por ordem régia, as aldeias passavam da autoridade de uma ordem religiosa para a de outra. Sobre os aldeamentos fala o historiador Eduardo Hoornaert: “o aldeamento funcionou de forma radical, criou um novo tempo, um novo espaço, um novo tipo de relacionamento entre as pessoas, enfim uma nova forma de viver.” (HOORNAERT, 1979).

O indígena não calculava horas quando vai colher o mel de abelha, comer formigas, caçar preá, tirar macaxeira ou pescar. O ritmo de suas atividades seguia um curso quase que natural das coisas que se surgem com o desenrolar dos dias e das necessidades da vida. No aldeamento pelo contrário, ele encontra em primeiro lugar a divisão dos tempos através dos toques do sino. Mesmo que nem todos tivessem o relógio posto à vista da comunidade, os padres vivem por assim dizer no ritmo do relógio, essa máquina tremenda que acarreta uma visão de disciplina, pontualidade, rendimento, produtividade e nervosismo. O sino divide o

dia em horas e até minutos e entra devagar nos modos de ser do indígena, transformando-o ao mesmo tempo em camponês que conhece as horas. Até hoje, o europeu estranha a imprecisão dos horários no Brasil.

O espaço livre do mundo indígena não se reencontra no aldeamento, onde ele era estruturalmente hierarquizado. O espaço urbano do aldeamento impressionava o indígena pelo seu caráter hierárquico.

A impressionante arquitetura aponta para a Igreja, centro de todo o espaço, para onde a procissão dirige seus passos. Passando pelo portal grandioso da Igreja, o indígena se dirige em direção ao altar-mor onde está o missionário, segurando um enorme ostensório com o Santíssimo Sacramento. Em torno do sacerdote, as dignidades se articulam, distintas em termos de vestimentas de diversas cores, exprimindo uma hierarquia.

Esse novo espaço centralizado em torno de um poder, desorienta profundamente o indígena, que não sabe muito bem como se comportar e vai perdendo com o tempo sua identidade e seu espaço na sociedade.

Logo se percebe que o espaço do aldeamento é hostil ao pajé. Lá se movimentam hierarquicamente os caciques, os meirinhas, os diversos intermediários e os indígenas em geral, mas o pajé não tem mais vez nesse novo mundo, a não ser devidamente infantilizado.

A procissão significa uma interiorização do espaço hierarquizado do aldeamento, através do ato de andar, seguir. Todos os cronistas insistem na impressão que a procissão deixava na alma dos indígenas, ao mesmo tempo fascinados e desapontados.

Os aldeamentos foram, sem sombra de dúvida, uma prática reducionista encontrada pelos missionários para além de livrar os nativos dos interesses gananciosos de uns colonos do porte de Frutuoso Barbosa e Feliciano Coelho, transformá-los em “gente” e que assim pudessem participar da Igreja.

Era preciso também incluí-los na ordem trazida pelos portugueses, purificando-se talvez de abusos e corrupções, eliminando a ignorância, a superstição, sem questionar a legitimidade de tal ordem estabelecida pelo projeto colonial português no Brasil, por isso mesmo torna-se coparticipante da agressividade de tal projeto. A prática nos aldeamentos nos ajuda a perceber isso, o método missionário de querer substituir a habitação comunitária pela individualizada ou familiar, colocando couros entre as redes, tabiques e por fim casas separadas. Os missionários conseguiram dar-lhes aspecto agradável como o alinhamento das casas, muitas das quais eram de telha e taipa. Essa tática de dividir sutilmente dá resultados mais positivos do que a simples imposição da monogamia já que os missionários sabiam que

os índios poderiam aceitar, mas logo esqueciam o que tinham aceitado como afirmam vários historiadores. É o que poderíamos chamar de resistências culturais.

Outro componente do método missionário era o trabalho inicial com as crianças, mais prováveis de serem recuperadas do que os adultos. No aldeamento dirigido pelos carmelitas, em 1591, as margens setentrionais do Rio Parahyba, doutrinavam os filhos de índios e por seu intermédio conseguia chamar os pais e parentes a vida social. Fazia parte das táticas dos missionários à tolerância as práticas dos índios no que diz respeito à aceitação do poder do pajé, e para que as pessoas esquecessem-se dos seus costumes e de suas cantigas, consideradas brutais pelos missionários, eram importados instrumentos da Europa depois fabricavam aqui no Brasil, em algumas aldeias para através da música encontrar e levar os indígenas a se enquadrarem no estilo musical transplantado, e assim ir substituindo a sua cultura por uma importada, considerada a melhor.

A prática dos castigos era outro mecanismo através do qual submetia os índios aos costumes dos missionários, eram correções disciplinares para a boa ordem dos aldeamentos através das palmatórias em maior ou menor número segundo a gravidade das faltas, mas sempre em relação à idade dos culpados. Afinal, a liberdade de práticas e pensamentos era perigosa para a estabilidade da religião que aqui se instalava, como também para o projeto colonial português, a liberdade não consiste em fazer o que se quer, mas o que a lei e a moral descrevem.

Justificaram os religiosos a sua missão, mostrando o quanto era perigosa para religião e para o estado essa liberdade que desejava ter os índios, quando na verdade não possuíam senão instintos ferozes pelos quais eram arrastados a costumes “inveterados” que cegamente obedeciam.

3. UMA IGREJA MISSIONÁRIA

Aos poucos os missionários foram levando em frente à linha das fronteiras da pequena cidade. À medida que a colonização vai se expandindo pelo interior, os religiosos vão acompanhando para desenvolver a catequese. O estado da povoação gradativamente vai melhorando no tocante a expansão da cana-de-açúcar, os engenhos cada vez mais estão produzindo lucros.

Os religiosos franciscanos fundaram igrejas nas aldeias aos poucos levando a linha da fronteira do sul a Jacoca (Conde) e daí ao Rio Urutguy. Pregavam constantemente, confessavam, ensinavam a ler e cultivavam os terrenos próximos.

Embora assustados, os moradores da Parahyba, pelos atos de pirataria dos franceses, ingleses, holandeses e pelos assaltos dos potiguares, aconselhados e dirigidos pelos primeiros, à conquista se ia estendendo para o interior, e a agricultura desenvolvia-se com mais firmeza mas intensificava-se depois da invasão holandesa, através das missões e catequeses. Os religiosos Franciscanos, além das aldeias da fronteira do sul que tinham em seu poder, foram subindo pelo reino do ocidente ao Taipú, os Carmelitas avançavam da Guia para o interior da Capitania vizinha e os de São Bento se firmaram no litoral, ao norte da Guia de Lucena ao Rio Miriry.

Em 1618, o sertão ainda estava devassado. Apenas Duarte Gomes da Silveira, na qualidade de Capitão-Mor da Capaóba, com alguns beneditinos e soldados para povoar aquelas terras.

Em 1639 a 1640, o Governador Elias Erckman realizou uma excursão à procura de minas de ouro, tendo alcançado o chamado Brejo do Bruxaxá, onde existe hoje a cidade de Areia não tendo encontrado nenhum vestígio daquele metal.

A descoberta de olhos de água do Cuité ou o encontro daquela serra verdejante encravada na aridez do Curimataú, determinou sucessivos pedidos de doação de terras na referida zona, e ao mesmo tempo abriu à colonização em grande área próxima a linha divisória com o Rio Grande do Norte.

Nos últimos anos do século XVII, o sertão paraibano era absolutamente desconhecido. Os missionários haviam chegado apenas ao sitio chamado de Bultrins um pouco ao norte da atual cidade de Campina Grande, onde ali conseguiram aldear certa quantidade de potiguares e tabajaras.

Os engenhos aumentam em quantidade e em produção, e junto com o crescimento do número de engenhos aumenta a necessidade de produtos alimentícios para os que ali estão, os escravos, a família do senhor e os brancos pobres.

Os caminhos iam sendo feitos em direção ao interior, levando gente atrás, e assim o sertão vai sendo incorporado ao território paraibano. O povoamento se expandia, a riqueza ia se acumulando com prosperar da pecuária favorecida pelas imensas pastagens naturais, enquanto o indígena ia sendo cada vez mais “domesticado”, convencido da inutilidade dos atos de revolta contra os homens que chegavam de longe; armados de instrumentos de destruição muito superiores aos seus e que agiam impiedosamente sempre que eram contrariados nos seus interesses. Os índios nem por isso deixavam de reagir: os cariris, os pegas e os curemas reuniam grande força guerreira mesmo depois de meses e anos de luta.

No sertão, apareceu outra categoria de trabalhador, o vaqueiro que mesmo sendo pobre tinha vida melhor do que a dos demais trabalhadores livres do litoral e dos escravos.

O sertanejo não tinha a supervisão das ordens religiosas tradicionais, mas era vítima de um contato fugidio, mecânico, formal, sempre apressado, irregular e afinal de contas pouco orgânico por parte da igreja oficial. O sertão depende da visita do sacerdote, da assim chamada “desobriga” que só o sacerdote é habilitado a ministrar. Por isso ele cria um cristianismo próprio, alimentado pelas santas missões.

A grande maioria dos religiosos da época preferiu ficar na faixa litorânea onde se oferecia o relativo conforto dos conventos. Nos séculos XVII e XVIII ainda vigorou em muitas partes do sertão o método dos aldeamentos, abandonado depois com a progressiva mestiçagem das populações. Poucos religiosos tiveram a coragem de enfrentar a inospitalidade que o sertão oferecia. No sertão, as massas populares tinham os seus contatos com agentes religiosos institucionais através da pastoral da visita: estes contatos apesar de esporádicos ocorrendo em momentos de intensa vivenda religiosa promovem a unidade religiosa do todo social; assim, os grupos sociais componentes do sertão se reconheciam como coparticipantes de um mesmo grupo católico.

A prática dos primeiros evangelizadores na Parahyba foi bastante contraditória por estar unida aos colonizadores. Isso gera o seguinte questionamento: até que ponto a prática dos missionários aconteceu numa perspectiva de defesa da vida dos índios, negros e de todos os pobres da Parahyba? Será que seus gestos constituíram-se num sinal de opressão e morte dos nativos, dos empobrecidos ou existiram, pelos menos, pessoas isoladas que furaram, contradisseram a prática geral das ordens religiosas?

Não devemos cair no radicalismo de opinião, toda essa prática não poderá ser bem compreendida se não for analisada do contexto da época, a menos que estejamos dispostos a cair em anacronismos, nem tampouco desejarmos que os primeiros evangelizadores tivessem a ótica que tem hoje.

A prática desenvolvida com a primeira evangelização com certeza foi contraditória, mas não pode ser vista como que um ato compacto enquanto ordem religiosa, porque assim estaríamos esquecendo que tais ordens são constituídas serem formados numa instituição não significa que se relacionam todas do o modo com aqueles com quem convivem, muito embora tenham algo em comum.

Na Parahyba, encontramos missionários que não se dispuseram a contribuir com o projeto colonizador, evangelizador que aqui se instalava e se constitui em figuras que dedicaram todo o seu tempo, a sua vida em favor dos índios e pobres em geral.

Um destes homens foi o Padre Martim de Nantes que chegou ao Brasil em 1671 e logo foi trabalhar em uma aldeia a cento e quarenta quilômetros de Pernambuco, entre uma nação de índios, chamados Cariris, com os quais morava um missionário capuchinho, o Padre Theodora de Pucé. Os missionários foram convidados para trabalhar na aldeia dos índios Cariris em Boqueirão, para que garantissem a proteção do gado da ação dos indígenas.

Martim de Nantes foi um exemplo clássico de missionário proclamador da justiça de Deus contra os fazendeiros exploradores de índios e suas terras. É um exemplo de um missionário livre do Padroado, pois o seu sustento, antes moral que financeiro lhe provem da Propaganda Fide, que procura através dos capuchinhos desfazer o domínio absoluto que o Padroado exerce sobre a missão no Brasil.

Para começar a desenvolver sua missão demorou três anos para aprender a fundo a língua dos índios cariris, ficou dez anos não só na Paraíba, em alguns aldeamentos o que lhe permitiu a convivência com os índios. De sorte que consegue compreender quais os seus principais problemas que estão ligados aos problemas de terra.

Quando os interesses dos portugueses entravam em conflito com os índios, os missionários se colocavam ao lado dos índios. Aconteceu que Antônio de Oliveira Ledo botou o seu gado dentro das plantações dos índios. Os missionários protestaram e exigiram que se respeitasse o direito dos índios. Isto levou Antônio de Oliveira Ledo a prestar queixa na Câmara da cidade do Recife dizendo que era preciso desconfiar dos missionários, pois eles eram franceses e não serviam aos interesses da coroa portuguesa.

Por outro lado encontramos um grupo polêmico, os jesuítas que foram expulsos da Paraíba porque não queriam que os índios se submetessem aos interesses de Frutuoso Barbosa e em 1619, também os franciscanos que acabaram sendo expulsos das missões junto aos potiguares por não se ligarem aos ditames dos colonizadores.

Esta oposição dos franciscanos contraria a sua prática anterior que era mais tímida e conformista, deve ter como uma de suas razões a influência dos jesuítas que em nível de Brasil vão firmando a luta pela liberdade e dignificação dos indígenas, reagindo fortemente contra a força dos proprietários e seus aliados, o clero secular e os bispos.

Os jesuítas desta primeira geração que viveu aqui no Brasil foram de grande sensibilidade cristã, apesar de influenciados pela formação esclerosada que recebiam em Évora ou Coimbra, perceberam logo que o mal fundamental da vida do Brasil era a relação entre o senhor e o escravo.

Na dimensão mais ampla, vimos os exemplos acima, no relacionamento mais pessoal de entrega de vida. Temos outros exemplos, como o de Frei Manuel da Assunção, um

carmelita, que em 1685, num contexto onde a falta de higiene e assistência médica predominavam, ofereceu a sua vida para “remédio dos corpos e a salvação das almas”; socorria os doentes de uma epidemia de bexiga por alguns e febre amarela por outros.

Sem sombra de dúvidas esta figura assim como a do Padre Martim de Nantes não devem ter sido os únicos a dar tal testemunho na Parahyba, e talvez tendam a ficar sufocados pelos numerosos exemplos de uma prática missionária redutora do índio e do negro, aos parâmetros do projeto evangelizador e colonizador português.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O assunto não pode ser considerado como acabado, pois o processo de colonização e de instauração da fé católica na capitania paraibana, conforme pôde-se observar neste trabalho de pesquisa, deu-se através de diversos fatores políticos e culturais. Embora seja de conhecimento geral a existência de diversas outras etnias que povoavam e vieram a povoar o território posteriormente, a indígena foi uma das mais afetadas ante o contato com o colonizador europeu.

Entretanto, sabe-se que os colonizadores não prevaleceram em tudo, estaríamos considerando os nativos seres passivos, esquecendo com isso, suas formas de resistência ao processo colonizador e as instituições.

As ordens religiosas na Parahyba legitimaram a expansão da cultura ocidental. A catequese desenvolvida pelos missionários fornecia os valores da igreja e seus significados para a vida nesta nova etapa da história da Parahyba, e promoviam a submissão dos povos indígenas e posteriormente das demais etnias aos conquistadores e, por conseguinte, a imposição de sua cultura.

Infelizmente, aqueles que vieram trazer a boa-notícia (o Evangelho) por virem junto ao poder colonizador, transformaram a boa nova em má notícia para os índios, negros, e brancos pobres, pois tornou-se ferramenta para submissão. Não se respeitou à dimensão simbólica do outro, aquilo que dava sentido a sua vida, impôs-se lhes uma cultura luso-portuguesa.

Para tornar possível a expansão da Coroa portuguesa e povoamento da colônia, foram implantadas várias instituições e ordens religiosas, que neste ínterim, tinham muito mais obrigação de incorporar a vida dos nativos aos padrões culturais europeus do que anunciar-lhe as boas-novas do Evangelho por assim dizer.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

AZZI Riolando - A Cristandade Colonial - Um Projeto Autoritário, São Paulo-SP, Edições Paulinas, 1987.

BARBOSA Frutuoso – Disponível em<<https://pt.wikipedia.org/>> Acessado em 24 de out. de 2016

CEHILA. A mulher pobre na História da Igreja Latino-Americana, São Paulo-SP, Edições Paulinas, 1984.

COELHO, Carmem - História da Paraíba, João Pessoa-PB, A União Companhia Editora, 1989.

ERGO Tantum – Disponível em<<https://pt.wikipedia.org/>> Acessado em 24 de out. de 2016

FIDE Propaganda – Disponível em<<https://pt.wikipedia.org/>> Acessado em 24 de out. de 2016

HENRIQUE I de Portugal – Disponível em<<https://pt.wikipedia.org/>> Acessado em 24 de out. de 2016

HOORNAERT, Eduardo et alii - História da Igreja no Brasil - Petrópolis-RJ, Vozes, 1979.

JUNIOR Hilário Franco - a Idade Média. Nascimento do Ocidente, 2a Edição. São Paulo-SP, 1990.

LEAL, José - Itinerário Histórico da Paraíba, 2a Edição, João Pessoa-PB, A União Companhia Editora, 1989,

MACHADO, Maximiano - História da Província da Paraíba, 2a Edição, João Pessoa-PB, UFPB, 1977.

MARIZ, Celso - Apanhados Históricos da Paraíba, 2a Edição, João Pessoa-PB, UFPB, 1977.

OTÁVIO, José e Aguiar, Wellington - Uma Cidade de Quatro Séculos, 2a Edição, João Pessoa-PB, Funcep, 1989.

REZENDE, Maria Valéria - Não se pode servir a dois Senhores, 2a Edição, São Paulo-SP. Edições Paulinas. 1987.

SESMARIAS – Disponível em<<https://pt.wikipedia.org/>> Acessado em 24 de out. de 2016

SILVA, Janice Theodoro da - Descobrimientos e Colonização, São Paulo - SP, Editora Ática, 1987.

TEIXEIRA, Faustino Luís Couto - A gênese das CEBs no Brasil -Elementos Explicativos, 1a Edição. São Paulo-SP. Edições Paulinas, 1980.

UCHOA, Boulanger A. - História Eclesiásticas de Campina Grande, 1a Edição, Rio de Janeiro-RJ, Departamento de Imprensa Nacional, 1964.